

O ANARQUISMO NA REVOLUÇÃO RUSSA

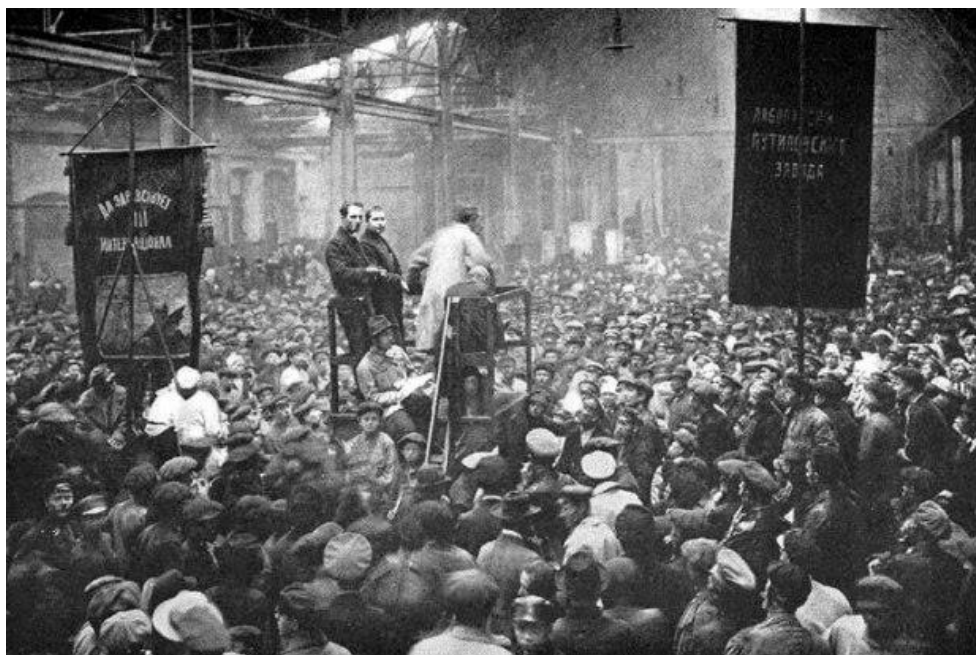
Daniel Guérin



A Revolução Russa deu um novo impulso ao anarquismo e o já rejuvenescido sindicalismo revolucionário. Esta afirmação pode surpreender o leitor, acostumado a considerar a grande mutação revolucionária de outubro de 1917 como obra e patrimônio exclusivo dos bolcheviques. Estritamente falando, a Revolução Russa foi um vasto movimento de massas, uma onda de fundo popular que quebrou e varreu os grupos ideológicos. Não pertenceu a ninguém em particular; somente ao povo. Na medida em

que se constituiu uma autêntica revolução, impulsionada de baixo para cima, capaz de produzir espontaneamente órgãos de democracia direta, apresentou todas as características de uma revolução social de tendências libertárias. Não obstante, a fraqueza relativa dos anarquistas russos os impediram de explorar uma posição excepcionalmente favorável para alcançar o triunfo de suas ideias.

A revolução foi finalmente confiscada e distorcida pela maestria, dirão alguns, pela astúcia, dirão outros, da equipe de revolucionários profissionais agrupados em torno de Lenin. Mas esta dupla derrota do anarquismo e da autêntica revolução popular não resultou de todo estéril para a ideia libertária. Em primeiro lugar, não se renegou da apropriação coletiva dos meios de produção, de modo que a terra onde um dia, tenha sido preservada, talvez, o socialismo a partir da base se lhe atribuirá sobre a arregimentação estatal. Em segundo lugar, a experiência soviética significou uma importante lição para alguns anarquistas da Rússia e de outros países, a quem esse fracasso temporário ensinou muitas coisas - das quais o próprio Lenin pareceu tomar consciência nas vésperas de sua morte -, e forçou a reconsiderar os problemas comuns da revolução e do anarquismo. Em suma, mostrou-lhes, se fosse necessário, “como não deve ser uma revolução”, para usar a expressão de Kropotkin, repetida por Volin. Longe de provar que o socialismo libertário é impraticável, a experiência soviética confirmou, com precisão, a profética exatidão das ideias expressas pelos fundadores do anarquismo e, especialmente, de sua crítica ao socialismo “autoritário”.



Comício na fábrica Putilov, Petrogrado, 1917

A REVOLUÇÃO LIBERTÁRIA

A revolução de 1905 foi o ponto de partida da de 1917. Nela surgiram os órgãos revolucionários do novo: os sovietes, nascidos nas fábricas de São Petersburgo, durante uma greve geral espontânea. Os sovietes estavam encarregados de coordenar a luta dos estabelecimentos em greve, e, assim, preencheram uma lacuna lamentável, porque o país carecia quase inteiramente de movimento sindical e da tradição sindical. O anarquista Volin estava entre o pequeno grupo de homens estreitamente relacionados com os operários que, por sugestão destes, tiveram a ideia de criar o primeiro Soviete. O testemunho de Trotsky, que meses mais tarde se tornaria presidente do Soviete, confirma Volin. Sem intenção pejorativa, poderia sim ser dito de outra forma, pois Trotsky escreve em seus comentários sobre a revolução de 1905: “A atividade do Soviete significa a organização da anarquia. Sua existência e desenvolvimento posteriores marcaram uma consolidação da anarquia”.

Esta experiência está indelevelmente gravada na consciência dos trabalhadores, e quando a revolução eclodiu em fevereiro de 1917, os líderes revolucionários não tiveram nada para inventar. Os trabalhadores espontaneamente ocuparam as fábricas. Os Sovietes ressurgiram naturalmente; mais uma vez, tomaram de surpresa aos profissionais da Revolução. Segundo o reconhecimento do próprio Lenin, as massas operárias e camponesas eram “cem vezes mais à esquerda” do que os bolcheviques. Os sovietes desfrutavam de tal prestígio que a insurreição de Outubro só poderia ser desencadeada a seu chamado e em seu nome.

Apesar de sua força, faltava homogeneidade, de experiência revolucionária e de preparação ideológica. Por isso que foram presas fáceis para os partidos políticos com ideias revolucionárias vacilantes. Apesar de ser uma organização de minoria, o Partido Bolchevique foi a única força revolucionária que estava realmente organizada e perseguia objetivos definidos. Nem no plano político nem no sindical tinha quase rivais dentro do campo da extrema esquerda e dispunha de elementos dirigentes de primeira ordem. Desfraldava uma “atividade frenética, febril, impressionante”, como admitiu Volin.



No entanto, o aparato do partido - onde Stalin desempenhava no momento, um papel secundário - sempre olhou com certa desconfiança a incômoda competência dos soviets. Imediatamente após tomar o poder, a irresistível tendência espontânea à socialização da produção foi canalizada através do controle dos trabalhadores. O decreto de 14 de novembro de 1917 legalizou a intervenção dos trabalhadores na gestão das empresas e no cálculo do custo, aboliu o sigilo comercial e forçou aos patrões a mostrar a sua correspondência e suas contas.

“Os líderes da revolução não tinham a intenção de ir mais longe”, diz Victor Serge. Em abril de 1918,

seguiram ainda considerando a possibilidade [...] de formar sociedades de economia mista, nas quais participariam capitais russos e estrangeiros, além do Estado soviético. [...] As medidas de expropriação foram tomadas por iniciativa das massas e não do poder dominante.

Em 20 de Outubro de 1917, no primeiro congresso dos conselhos de fábrica, foi apresentada uma moção de inspiração anarquista na qual reivindicava:

O controle da produção e os comitês de acompanhamento não devem ser meros comitês de verificação, mas [...] as células geradoras do mundo futuro, com o objetivo de começar a preparar desde agora o passo para a transição da produção para as mãos dos trabalhadores.

A. Pankratova diz:

Quanto mais animada era a resistência oposta aos capitalistas à implementação do decreto sobre o controle operário, e quanto mais teimosa a sua negativa em permitir a ingerência dos trabalhadores na produção, muito mais fácil e favorável alegavam essas tendências anarquistas após a Revolução de outubro.



Marinheiros de Kronstadt

Logo descobriu-se que, na verdade, o controle operário era uma medida morna, inoperante e deficiente. Os empregadores sabotavam, escondendo as existências, subtraíam ferramentas, provocavam os trabalhadores e faziam bloqueio; às vezes, serviam-se dos comitês de fábrica como simples agentes ou assistentes de gestão, e até mesmo foram os que tentaram nacionalizar seus estabelecimentos por acreditarem que seria rentável. Em resposta a esses truques sujos, os trabalhadores ocuparam as fábricas e as puseram de volta por sua conta própria.

“Não eliminaremos os industriais por própria iniciativa” - expressavam os trabalhadores em suas moções – “mas faremos cargo da produção se não querem garantir o funcionamento das fábricas.” Pankratova acrescenta que neste primeiro período de socialização “caótica” e “primitiva”, os conselhos de fábrica “muitas vezes tomavam a direção dos estabelecimentos cujos proprietários tinham sido eliminados ou tinham escolhido fugir.”

Muito em breve, o controle operário deverá dar lugar à socialização. Lenin praticamente teve que forçar seus tenentes a mergulharem no “crisol da criação popular viva” e usar uma linguagem verdadeiramente libertária. A autogestão operária devia ser a base da reconstrução revolucionária. Só ela poderia despertar nas massas um entusiasmo revolucionário capaz de tornar possível o impossível. Quando o último peão, o menor desocupado, a humilde cozinheira, vejam as fábricas, a terra e a

administração confiadas às associações de operários, empregados, funcionários e camponeses, postas nas mãos de comitês democráticos de abastecimento, etc., criados espontaneamente pelo povo, “quando os pobres vejam e sentirem isso, nenhuma força poderá superar a revolução social.” O futuro pertencia a uma república do tipo da Comuna de 1871, uma república de soviets.

“A fim de impressionar às massas, para ganhar sua confiança e simpatia, o partido bolchevique começou a jogar [...] slogans que até então tinham sido característicos [...] do anarquismo”, diz Volin. Slogans, tais como todo o poder para os soviets, eram intuitivamente tomados pelas massas num sentido libertário. Assim, como testemunha Arshinov: “os trabalhadores interpretaram que a implementação de um poder soviético significaria a liberdade de ter o seu próprio destino econômico e social.” No terceiro Congresso dos Sovietes (realizado no início de 1918), Lenin proclamou: “As idéias anarquistas agora assumem formas vivas.” Pouco depois, no sétimo congresso do partido (6-8 de março), adotou teses que tratavam, entre outras coisas, da socialização da produção liderada por organizações de trabalhadores (sindicatos, comitês de fábrica, etc.), da eliminação da equipe profissional, da polícia e do exército, da igualdade de salários, da participação de todos os membros dos soviets na gestão e administração do Estado, da progressiva supressão e completa desse Estado e do papel monetário. No congresso de sindicatos (primavera de 1918), Lenin descreveu as fábricas como “comunidades autogovernadas de produtores e consumidores”. Maximov, o anarcossindicalista chegou a afirmar: “Os bolcheviques não só abandonaram a teoria do enfraquecimento gradual do Estado, mas também a ideologia marxista como um todo. Eles haviam se transformado em uma espécie de anarquistas.”



UMA REVOLUÇÃO “AUTORITÁRIA”

Mas essa mudança ousada, tendendo a ser localizada na linha do instinto revolucionário e da disposição das massas, enquanto os bolcheviques conseguiram se colocar na cabeça da revolução, não correspondia à sua ideologia tradicional ou às suas verdadeiras intenções. Desde sempre foram “autoritários”, entusiastas das ideias de Estado, ditadura, centralização, partido dirigente e direção da economia desde cima, todas elas em flagrante contradição com uma concepção verdadeiramente libertária da democracia soviética.

O “Estado e a Revolução”, obra escrita na véspera da insurreição de outubro é um espelho no qual a ambivalência do pensamento de Lenin é refletida. Algumas das suas páginas bem pode ter sido assinadas por um libertário e, como já vimos, nelas se rende homenagem aos anarquistas, parcialmente pelo menos. Mas esta chamada para a revolução desde baixo contém um apelo para a revolução a partir de cima. As ideias de centralização do Estado e da hierarquia não estão insinuadas de modo mais ou menos disfarçado; Pelo contrário, aparecem de forma aberta e direta: o Estado sobreviverá à conquista do poder pelo proletariado e se extinguirá apenas após o termo de um período de transição. Quanto tempo durará este purgatório? Lenin não nos esconde a verdade; Nos diz sem pena, senão com alívio: O processo será “lento”, a “longo prazo”. Sob o pretexto do poder dos soviets, a revolução vai gerar realmente o “Estado proletário” ou a “ditadura do proletariado”, “O Estado burguês sem burguesia”, como ele admite, quase sem querer, o próprio autor quando concorda em ir a fundo de seu pensamento. Tal Estado onívoro tem de fato a intenção de absorver tudo.

Lenin segue a escola de seu contemporâneo, o capitalismo de Estado alemão, da *Kriegswirtschaft* (economia de guerra). Também toma como modelo os métodos capitalistas de organização da grande indústria moderna, com sua “disciplina de ferro”. Um monopólio estatal como o correio faz exclamar com espanto: “Que admirável mecanismo aperfeiçoado! Toda a vida econômica organizada como o correio, [...] isso é o Estado, essa é a base econômica que precisamos.” O querer fazer da “autoridade” e da “subordinação”, não é nada mais do que “um sonho anarquista”, diz ele enfaticamente. Pouco antes, apreciava a ideia de confiar a produção e o intercâmbio às associações operárias, à autogestão. Mas houve um erro na ordem das coisas. Não esconde sua receita mágica: todos os cidadãos devem tornar-se “empregados e trabalhadores de um mesmo *trust* universal: o Estado”. A sociedade inteira será “uma enorme oficina e uma

grande fábrica”. Haverá os soviets, sem dúvida, mas sob a égide do partido operário, um partido que tem a missão histórica de “dirigir” o proletariado.

Os anarquistas russos mais lúcidos não foram enganados. No auge do período libertário de Lenin, conjuravam já aos trabalhadores a ficar em guarda. Em seu jornal Golos Truda (A Voz do Trabalho), podia-se ler, no final de 1917 e início de 1918, essas advertências proféticas de Volin:

Depois de terem se consolidado e legalizado seu poder, os bolcheviques - que são socialistas, políticos e estatistas, ou seja, homens de ação centralista e autoritários - começarão a dispor da vida do país e das pessoas com meios governamentais e ditatoriais desde o centro [...]. Seus soviets [...] gradualmente se tornarão meros instrumentos executivos da vontade do governo central [...]. Assistiremos a construção de um aparelho autoritário, político e estatal que atuará desde cima e começará a esmagar tudo com a sua mão de ferro [...]. Ai de quem não concorda com o poder central! Todo o poder aos soviets passará a ser, de fato, a autoridade dos líderes do partido.



A tendência cada vez mais anarquizante das massas forçaram Lenin a afastar-se por um tempo do antigo caminho, diz Volin. Apenas desejava subsistir o Estado, a autoridade e a ditadura por uma hora, por um minuto, para dar lugar, logo a seguir, ao “anarquismo”. “Mas, por todos os diabos, você não imagina? [...] o que dizer para o cidadão Lenin quando se consolide o poder atual e seja fazer ouvidos surdos à voz das

massas?” Naturalmente, voltará para os caminhos trilhados. Criará um “Estado marxista” do tipo mais sofisticado.

Como se percebe, seria arriscado argumentar que Lenin e sua equipe tensionaram conscientemente uma armadilha para as massas. Neles existia mais dualismo doutrinário do que duplicidade. Entre os dois polos de seu pensamento havia uma contradição tão óbvia, tão evidente, que era esperado que em breve os fatos forçariam a uma definição. Uma das duas: ou bem a pressão anarquizante das massas obrigava aos bolcheviques a esquecer suas inclinações autoritárias ou, pelo contrário, a consolidação de seu poder, reforçado pelo sufocamento ou enfraquecimento da revolução popular, os levava a relegar suas inclinações anarquistas para o sótão da sucata velha.

O problema se complicou, ao adicionar um elemento novo e perturbador: a situação resultante da terrível guerra civil, a intervenção estrangeira, a desorganização dos transportes e da escassez de técnicos. Estas circunstâncias empurraram os dirigentes soviéticos a tomar medidas de emergência, de recorrer à ditadura, à centralização e a um regime de “mão de ferro”. Os anarquistas negaram, porém, que todas essas dificuldades tivessem puramente causas “objetivas” e externas à Revolução. Opinavam que, em parte, se devia à lógica interna dos conceitos autoritários do bolchevismo, à impotência de um poder burocratizado e centralizado em excesso. De acordo com Volin, a incompetência do Estado e da sua pretensão de dirigir e controlar tudo foram os fatores que incapacitaram para reorganizar a vida econômica do país que o conduziram a um “desastre” real, marcado pela cessação da atividade industrial, a ruína da agricultura e da destruição de qualquer ligação entre os vários ramos da economia.

Volin relata o caso da antiga refinaria de petróleo Nobel, de Petrogrado. Ao ser abandonada pelos seus proprietários, os quatro mil trabalhadores empregados no estabelecimento decidiram ocupá-la com um trabalho em conjunto. Guiados por esta finalidade, se dirigiram ao governo bolchevique e não encontraram eco. Então eles tentaram colocar a empresa em marcha com seus próprios meios. Eles se dividiram em grupos móveis que se ocuparam de buscar fontes de energia, matérias-primas, mercados e transporte. Para resolver o último problema, já tinham começado negociações com seus companheiros ferroviários. O governo se irritou. Por ser responsável por todo o país, não podia admitir que cada fábrica atuasse a seu gosto e modo.

Obstinado, o conselho dos trabalhadores convocou uma assembleia geral de trabalhadores. O comissário de trabalho em pessoa se incomodou de advertir aos

operários que não se atrevessem a fazer “um ato grave de indisciplina”. Ele criticou sua atitude “anarquista e egoísta” e ameaçou-os com demissão sem compensação. Os trabalhadores responderam que não buscavam nenhum privilégio: o governo não tinha mais que deixar aos trabalhadores e camponeses atuar do mesmo modo em todo o país. Tudo foi em vão. O governo permaneceu nem sua posição e a refinaria foi fechada. A dirigente comunista, Alexandra Kolontai, corroborou a declaração feita por Volin. Em 1921, notou com pesar que as iniciativas de muitos trabalhadores tinham naufragado no mar de arquivos e de palavras administrativas estéreis: “Que amargura para os operários! [...] perceber o quanto eles poderiam ter feito se tivessem dado o direito e a capacidade de agir [...] a iniciativa perdeu força, o desejo de agir morreu.”

De fato, o poder dos soviets durou apenas alguns meses, a partir de outubro 1917 até a primavera de 1918. Logo, os conselhos de fábrica foram despojados de seus poderes sob o pretexto de que a autogestão não levava em conta as necessidades “racionais” da economia e fomentava o egoísmo das empresas, empenhadas em se fazer competentes, disputar os poucos recursos e sobreviver a todo o custo, mesmo que houvesse outras fábricas mais importantes “para o Estado” e melhor equipadas. Em suma, e para usar as palavras de A. Pankratova, ia em direção a uma fragmentação da economia em “federações autônomas de produtores, do tipo sonhado pelos anarquistas.” É inegável que a nascente autogestão dos trabalhadores merecia certas objeções.

Laboriosamente, quase tateando, havia tentado criar novas formas de produção sem precedentes na história humana. Havia se equivocado, tinha tomado caminhos falsos, é verdade, mas este foi o tributo do aprendizado. Como disse Kolontai, o comunismo não podia “nascer, senão de um processo de buscas e testes práticos, talvez cometendo erros, mas baseando-se nas forças criativas da própria classe trabalhadora.”

Os dirigentes do partido não partilhavam desta opinião. Pelo contrário, eles estavam muito felizes de arrebataram dos comitês de fábrica os poderes que, em seu interior, tinham renunciado - apenas renunciado - a lhes entregar. A partir de 1918, Lenin inclinou suas preferências para a primazia da “vontade de um” na direção das empresas. Os trabalhadores deviam obedecer “incondicionalmente” à única vontade dos dirigentes do desenvolvimento da força de trabalho. Todos os chefes bolcheviques, Kollontai nos diz: “desconfiavam da capacidade criativa das coletividades dos trabalhadores”. Para piorar a situação, a administração tinha sido invadida por inumeráveis elementos pequeno-burgueses, remanescentes do velho capitalismo russo, que tinha se adaptado com cansaço e rapidamente às instituições soviéticas, tinham

obtido posições em vários comissariados e consideravam que a gestão econômica devia estar em suas mãos e não nas das organizações operárias.



Assistia-se à crescente interferência da burocracia do Estado na economia. De 05 de dezembro de 1917 a indústria foi presidida pelo Conselho Supremo de Economia, acusado de coordenar autoritariamente as atividades de todos os organismos de produção. O congresso dos Conselhos Econômicos (26 de maio, 04 de junho de 1918) decidiu que os diretórios corporativos fossem formados de acordo com o seguinte esquema: dois terços dos seus membros seriam nomeados pelos conselhos regionais ou pelo Conselho Supremo de Economia, enquanto que o terço restante seria eleito pelos trabalhadores de cada estabelecimento. O decreto de 28 de maio de 1918 estendeu a coletivização da indústria como um todo, mas em uma só penada, transformou em nacionalizações espontâneas dos primeiros meses da revolução. Corresponhia ao Conselho Econômico Superior a tarefa de organizar a gestão das empresas nacionalizadas. Os diretores e o pessoal técnico permaneceram de plantão, mas pagos pelo Estado. Durante o segundo congresso do Conselho Supremo de Economia, reunidos no final de 1918, o membro informante repreendeu asperamente aos conselhos de fábrica para serem eles os que praticamente dirigiam as empresas, em vez do conselho de administração.

Seguiam realizando votações para eleger os membros dos comitês de fábrica, mas apenas por formulismo, pois um membro da célula comunista veio primeiro a ler uma lista de candidatos, preparada com antecedência, e depois votada levantando a mão, tudo isso na presença dos “guardas comunistas” armados do estabelecimento. Quem se declarava contra os candidatos propostos, sanções econômicas logo sofreriam (redução de salário, etc.).

Arshinov como bem disse, já não havia mais do que um amo onipotente: o Estado. A relação entre os trabalhadores e esse novo padrão era idêntica ao que existia entre o trabalho e o capital. O trabalho assalariado foi restaurado, com a única diferença de que agora o trabalhador cumpria um dever para com o Estado.

Os Sovietes foram rebaixados para uma função puramente nominal. Se transformaram em instituições convertidas do poder governamental. “Devem ser as células estatais da base”, declarou Lenin em 27 de Junho de 1918, no congresso de conselhos de fábrica. Nas palavras de Volin, eles foram reduzidos a “corpos puramente administrativos e executivos, responsáveis por pequenas e sem importância tarefas locais, totalmente sujeitas às instruções das autoridades centrais: o governo e os órgãos dirigentes do partido”. Eles não desfrutavam ainda, sequer de “uma sombra do poder”. Durante o Terceiro Congresso de Sindicatos (abril de 1920), Lozovski, membro informante, reconheceu: “Temos renunciado aos velhos métodos de controle dos trabalhadores, dos quais só temos mantido o princípio estatal.” Depois disso, esse “controle” foi exercido por um organismo estatal: a Inspeção Operária e Camponesa.

Nos primeiros dias, as federações da indústria, de estrutura centralista serviram aos bolcheviques para aprisionar e subordinar os conselhos de fábrica, federalistas e libertários por natureza. Em 10 de abril de 1918 a fusão dos dois tipos de organização, sempre sob o olhar atento do Partido, foi consumada. A aliança dos metalúrgicos de Petrogrado proibiu os conselhos de fábrica de “tomar iniciativas desorganizadoras” e rejeitou sua tendência “perigosa” de colocar nas mãos deste ou daqueles trabalhadores da empresa. Segundo dizia, isso significava imitar a pior forma de cooperativas de produção, que “tinham demonstrado a sua ineficácia há muito tempo e estavam destinadas a ser transformadas em empresas capitalistas”. “Todo estabelecimento abandonado ou sabotado por um industrial e cuja produção fosse necessária para a economia nacional, devia passar a depender do Estado”. Era “inaceitável” que os trabalhadores tomassem empresas a seu cargo sem a aprovação do aparelho sindical.



Makhnovtchina

Após esta operação preparatória se domesticou, refinou e despojou de toda a autonomia os sindicatos operários; seus congressos foram diferidos, seus membros detidos e suas organizações dissolvidas ou fundidas em unidades maiores. No final deste processo, tinham eliminado até o menor vestígio de orientação anarcossindicalista, e o movimento gremial ficou intimamente subordinado ao Estado e ao partido único.

O mesmo destino tiveram as cooperativas de consumo. No início, elas surgiram e se multiplicaram, confederando-se. Mas elas cometeram o erro de escapar do controle do partido e de deixar alguns socialdemocratas (mencheviques) infiltrá-las. Os bolcheviques começaram, privando lojas locais de seus meios de fornecimento e de transporte, com o pretexto de que suas atividades equivaliam a um "comércio privado" ou que estavam envolvidas em "especulação"; em alguns casos, nem sequer davam razões para justificar esta abordagem. Em seguida, todos os sindicatos livres foram fechados simultaneamente, e em seu lugar se estabeleceram cooperativas estatais burocráticas. Pelo decreto de 20 de Março de 1919, as cooperativas de consumo passavam para o comissariado de fornecimento e as cooperativas de produção industrial foram integradas no Conselho Econômico Superior. Muitos foram membros das cooperativas que acabaram na prisão.

A classe operária foi incapaz de reagir com rapidez suficiente e energia. Estava dispersa, isolada em um vasto país atrasado e de economia basicamente rural, esgotado pela privação e pelas lutas revolucionárias e, pior, desmoralizado. Havia perdido seus melhores elementos, que a deixaram para ir lutar na guerra civil ou foram absorvidos pelo partido ou pela máquina governamental. Ainda assim, havia muitos trabalhadores que perceberam que suas conquistas revolucionárias haviam sido tomadas, que tinham sido privados de seus direitos e colocados sob tutela, humilhados pela arrogância e arbitrariedade dos novos amos e tiveram consciência de qual era a sua verdadeira natureza do alegado “Estado proletário”. Foi assim que, no verão de 1918, os trabalhadores descontentes das fábricas de Moscou e Petrogrado realizaram eleições a fim de formar autênticos "conselhos de delegados" para se opor aos soviets, já denominados pelo poder central.

Como atesta Kolontai, o operário sentia, via e compreendia que ele estava se afastando. Foi o suficiente para ver como os funcionários soviéticos viviam e como ele mesmo vivia, onde repousava, pelo menos em teoria, na “ditadura do proletariado”.

Mas quando os trabalhadores chegaram a ver claramente, já era tarde demais. O poder teve tempo sólido de se organizar e dispunha de forças de repressão capazes de esmagar qualquer tentativa de ação autônoma das massas. Volin disse que durante três anos, a vanguarda dos trabalhadores travou uma luta difícil e desigual, em grande parte ignorada fora da Rússia, contra um aparelho estatal que persistia em negar que entre ele e as massas havia aberto um abismo. Durante o período de 1919 a 1921, as greves se multiplicaram nos grandes centros urbanos, especialmente em Petrogrado, e até mesmo em Moscou. Elas foram, como veremos, severamente reprimidas.

Dentro do próprio partido dirigente surgiu uma “Oposição Operária” que reivindicava o retorno à democracia soviética e à autogestão. Durante o décimo congresso do partido, feito em março de 1921, Alexandra Kolontai, uma de suas porta-vozes, distribuía um panfleto em que a liberdade de iniciativa e de organização para os sindicatos, assim como a eleição, por um “congresso de produtores”, de um órgão central de administração da economia nacional.

Este panfleto foi confiscado e proibido. Lenin conseguiu que os congressistas aprovassem quase por unanimidade uma resolução que afirmava que as teses da Oposição Operária eram “desvios pequeno burgueses e anarquistas”: para seus olhos, o “sindicalismo”, o “semianarquismo” dos opositores era uma “ameaça direta” ao monopólio do poder exercido pelo Partido em nome do proletariado.

Essa luta continuou dentro do grupo de direção da central sindical. Por ter apoiado a independência dos sindicatos em relação ao partido, Tomski e Ryazanov foram excluídos do Presidium e enviados ao exílio. Shliapnikov sofreu o mesmo destino, principal dirigente da Oposição Operária, e G. I. Myasnikov, cabeça de outro grupo de oposição. Este último, genuíno operário que em 1917 executou o Grão-Duque Mikhail, que tinha agido no Partido durante quinze anos e que antes da Revolução, serviu sete anos na prisão por setenta e cinco dias de greve de fome, ousou imprimir, em novembro de 1921, um panfleto no qual ele afirmava que os trabalhadores tinham perdido a confiança nos comunistas porque o Partido não falava a mesma língua que a classe trabalhadora e agora dirigia contra ela os mesmos meios de repressão contra os burgueses entre 1918 e 1920.

O PAPEL DOS ANARQUISTAS

Qual o papel que os anarquistas russos desempenharam naquele drama, no qual uma revolução libertária foi transmutada no seu oposto? A Rússia não tinha quase nenhuma tradição libertária. Bakunin e Kropotkin se converteram ao anarquismo no exterior; nem um nem outro militaram como anarquistas na Rússia. No que diz respeito às suas obras, pelo menos antes da Revolução de 1917, foram publicadas fora de seu país natal e muitas vezes em língua estrangeira. Apenas alguns trechos chegaram à Rússia, e clandestinamente, com grande dificuldade e em quantidades muito limitadas. A educação social, socialista e revolucionária dos russos, não tinha absolutamente nada de anarquista. Muito pelo contrário, diz Volin, “a juventude russa avançada estava lendo uma literatura que, invariavelmente, apresentava ao socialismo uma perspectiva estatista”. As mentes estavam impregnadas das ideias de governo: a socialdemocracia alemã havia contaminado todos.

Os anarquistas eram apenas “um punhado de homens sem influência.” Eles foram responsáveis por, no máximo, alguns milhares. Volin sempre disse, seu movimento era “ainda muito fraco para tomar influência imediata e concreta sobre os eventos.” Além disso, a maioria deles, intelectuais de tendências individualistas, quase não tinham participado no movimento operário. Nestor Makhno foi, com Volin, uma das exceções a essa regra; ele atuou em sua terra natal, Ucrânia, no coração das massas e, em suas memórias, declarando com grande gravidade que o anarquismo russo “estava por trás dos acontecimentos e às vezes até mesmo completamente fora deles.”

No entanto, este julgamento parece injusto. Entre a Revolução de Fevereiro e a de Outubro, os anarquistas tiveram um papel nada negligenciável. Isto é reconhecido por Trotsky repetidamente no curso de sua História da Revolução Russa. “Ousados” e “ativos”, apesar de seu pequeno número, foram adversários por princípio da Assembleia Constituinte, num momento em que os bolcheviques ainda não eram antiparlamentares. Muito antes de o partido de Lenin, inscreveram em sua bandeira o lema de todo o poder aos soviets. Eles deram impulso ao movimento de socialização espontânea de moradia, muitas vezes contra a vontade dos bolcheviques. E em parte pela iniciativa dos militantes anarcossindicalistas, os operários ocuparam as fábricas, mesmo antes de outubro.

Durante as jornadas revolucionárias que puseram fim à república burguesa de Kerensky, os anarquistas estavam nas posições de vanguarda na luta militar; que se destacaram especialmente no regimento de Dvinsk que, sob o comando dos veteranos libertários como Grachov e Fedotov, expulsaram os “Cadetes” contrarrevolucionários. A Assembleia Constituinte foi dispersada pelo anarquista Anatol Zhelezniákov, secundarizado por seu destacamento; os bolcheviques fizeram nada além de ratificar o feito já tinha sido realizado. Muitos grupos de guerrilheiros, formados por anarquistas ou dirigidos por eles (os de Mokousov, Cherniak e outros), lutaram incansavelmente contra os exércitos brancos em 1918-1920.

Não havia quase nenhuma grande cidade que não tivesse um grupo anarquista ou anarcossindicalista, ansiosos por espalhar relativamente grandes materiais impressos: jornais, revistas, folhetos de propaganda, livros. Em Petrogrado havia dois semanais e em Moscú um jornal, cada um dos quais tinha uma circulação de 25.000 cópias. O edital anarquista aumentava na medida em que a revolução se aprofundava, até que afastar-se das massas.

Em 6 de abril de 1918, o capitão francês Jacques Sadoul, que cumpria uma missão na Rússia, escreveu em um relatório: “O partido anarquista é o mais ativo, o mais militante dos grupos de oposição e provavelmente o mais popular [...]. Os bolcheviques estão inquietos.” No final de 1918, Volin diz, “essa influência chegou a tal ponto que os bolcheviques, que não admitem críticas, e menos ainda que eram contraditórios, ficaram gravemente perturbados”. Para a autoridade soviética, relata o autor, “tolerar a propaganda anarquista era o equivalente [...] ao suicídio. Por isso que fez o seu melhor, primeiro por impedir, logo depois proibir e, finalmente, por reprimir pela força bruta qualquer manifestação de ideias libertárias”.

O governo bolchevique “começou por fechar brutalmente os locais das organizações libertárias e anarquistas e proibi-las de qualquer propaganda ou atividade”. Foi assim que, na noite de 12 de abril de 1918, destacamentos da Guarda Vermelha armados até os dentes realizaram uma operação de limpeza de surpresa em vinte e cinco casas ocupadas por anarquistas em Moscim. Acreditando-se serem atacados por soldados brancos, os libertários dispararam de volta. Então, segue Volin, o poder dominante rapidamente passou a tomar “medidas mais violentas: prisões, proscricões, mortes. Durante quatro anos este conflito terá posto em xeque o poder bolchevique [...] até a aniquilação final da corrente libertária a *manu militari*” (finais de 1921).

A derrota dos anarquistas foi facilitada pelo fato de que eles foram divididos em duas facções: uma que se recusou a ser domesticada e outra que deixada ser domada. Este último grupo invocava a “necessidade histórica” de justificar sua lealdade ao regime e aprovar, pelo menos momentaneamente, seus atos ditatoriais. Para eles, o principal era terminar vitoriosamente com a guerra civil e esmagar a contrarrevolução.

Estratégia de poucos alcances opinavam os anarquistas intransigentes. Aliás, eram precisamente fatores como a impotência burocrática do aparelho governamental, a decepção e o descontentamento popular que alimentaram os movimentos contrarrevolucionários.

Além disso, o poder, finalmente, terminou por não mais distinguir o posto avançado da revolução libertária, que colocava na tela de juízo a validade de seus meios de dominação, das suas empresas criminosas de seus adversários direitistas. Para os anarquistas, suas futuras vítimas, o aceitar a ditadura e o terror eram equivalente a um suicídio político. Finalmente, a adesão dos anarquistas chamados “soviéticos” facilitou a destruição dos outros, da linha dura, que foram marcados como anarquistas “falsos”, irresponsáveis e sonhadores, e carentes de sentido da realidade, de estúpidos desorientados, de divisionistas, de loucos furiosos e, como corolários, de bandidos e contrarrevolucionários. O mais brilhante e, por conseguinte, o mais ouvido dos anarquistas aderidos ao regime, foi Victor Serge. Homem assalariado.

*** A obra de Daniel Guérin foi publicada originalmente em francês em 1965. Dez anos mais tarde, foi traduzida para o espanhol pela Editora Utopia, de Buenos Aires. A versão em português foi traduzida desta última por Pablo Mizraji, ITHA, 2017.**